

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Governo aposta na vitória dos 5 anos

por Cecília Pires
de Brasília

O governo está trabalhando com a possibilidade de votação do mandato do presidente Sarney na semana que se inicia nesta segunda-feira. "Estamos preparados para a votação do mandato na próxima quinta-feira", avisou o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, um dos principais articuladores políticos do governo, neste último fim de semana.

A votação do tema o mais rápido possível favorece o governo, na análise dos dois lados — o que defende os quatro, e o que defende os cinco anos de mandato. Hoje, o plenário da Constituinte é majoritariamente a favor dos cinco anos, como reconhecem até mesmo os quatroanistas. Até sexta-feira, o deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, computava 293 votos a favor dos 5 anos,

contra 235 votos a favor dos 4 anos e 31 ainda indefinidos.

Os dados do governo são ainda mais otimistas, prevendo que a tese dos cinco anos vença com mais de 300 votos.

Somente um fato improvável, como a mudança de posição do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, poderia atrapalhar a vitória do governo, admitem não apenas auxiliares do presidente Sarney, como os defensores dos quatro anos. Se Ulysses fizesse uma declaração pública em favor dos quatro anos, um ou dois dias antes da votação, a vitória dos cinco anos estaria, se não perdida, ao menos seriamente ameaçada, como admite um político ligado ao presidente da Constituinte.

O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, porém, afirma que os "históricos" do partido, reunidos duran-

te a tarde de sexta-feira na residência do deputado Pimenta da Veiga (MG — sem partido) para discutir os rumos dos dissidentes, não apostam mais nesta hipótese. "Nós não acreditamos nisto", disse o senador.

Ulysses viraria o jogo, se tivesse mais três, ou no mínimo mais dois governadores a favor dos quatro anos para trabalhar as bancadas, confidenciou o mesmo político ligado ao presidente da Constituinte. Mas não tem. Hoje, apenas os governadores da Bahia, Waldyr Pires; de Pernambuco, Miguel Arraes; e de Alagoas, Fernando Collor de Mello, defendem abertamente os quatro anos de mandato. Os demais governadores deverão repetir a estratégia para a votação do mandato presidencial nas disposições permanentes da Constituinte, agindo aberta ou veladamente pela aprovação dos cinco anos, para

não sofrerem as represálias do governo federal, a exemplo do que vem ocorrendo com o governo baiano, cujos cofres estão vazios.

"O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, tem muitos compromissos, atualmente, e não mudaria para os quatro anos", afirma o vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Antônio Perosa. "Ulysses deve ficar ao lado dos parlamentares governistas, que hoje constituem maioria. Seu comportamento mostra isso. Nem mesmo os ataques que o ministro da Previdência, Renato Archer, vem sofrendo por parte de lideranças do governo estão sendo respondidos por Ulysses", concluiu.

A questão da data da votação, neste quadro, "já não influenciaria a tese de um mandato de quatro anos nem a favor nem contra", afirma o senador Fernando Henrique. A Ulysses

Guimarães, uma única coisa interessa agora, na opinião de políticos ligados ao ministro Renato Archer: a conclusão dos trabalhos da Constituinte. Nesta semana que se inicia, deverão ser votadas ainda cinco sessões do capítulo da Ordem Social. Como normalmente ocorre em Brasília, somente em três dias da semana — terça, quarta e quinta-feira — há quorum para votações. As disposições transitórias, portanto, onde se inclui o mandato de Sarney, poderiam ser votadas apenas no início da semana seguinte.

Uma das lideranças do PMDB mais próximas de Ulysses define a estratégia do presidente do Partido para depois de promulgada a Constituinte. Ulysses

afastará o PMDB do governo, rompendo formalmente com o presidente Sarney, mas não necessariamente, para levar ministros, governadores e parlamentares do partido a criticar abertamente a política econômica e social do governo. O PMDB, segundo esta liderança, deverá encampar um novo programa partidário, firmemente contrário à política recessiva, de contenção salarial, de política industrial voltada para o mercado externo. A espera das eleições municipais e logo em seguida, das presidenciais, o PMDB tentará ser o grande partido de oposição que foi no passado. O PMDB "de palanque", porque precisará de votos, segundo admite a mesma liderança.